



## EDITORIAL

### Reflexões sobre as múltiplas expressões do biopoder

*Considerations regarding the multiple expressions of biopower*

**Mary Jane Paris Spink**

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo  
E-mail: mjspink@pucsp.br

**Emerson Fernando Rasera**

Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia  
E-mail: emersonrasera@gmail.com

Neste número, os textos que integram a seção “Pesquisa, Teoria e Metodologia” resultam de discussões realizadas no âmbito do Grupo de Trabalho “Cotidiano e Práticas Sociais” durante o XIV Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, ANPEPP, que teve lugar em Belo Horizonte em maio de 2012. Tendo por eixo o tema “Produção e Divulgação Científica: os desafios da interdisciplinaridade”, o simpósio contou com mais de mil inscritos, distribuídos em 64 Grupos de Trabalho, três fóruns de discussão e um fórum de pós-graduandos.

Vale lembrar que a ANPEPP tem por objetivo a congregação de programas de pós-graduação vinculados a instituições de ensino superior para fomentar e estimular a formação de profissionais para pesquisa e pós-graduação em Psicologia. Os simpósios, realizados a cada dois anos, possibilitam promover o intercâmbio e cooperação entre os centros de pesquisa e seus pesquisadores por meio de reuniões dos Grupos de Trabalho e atividades dos fóruns.

O GT “Cotidiano e Práticas Sociais” foi constituído em 2000 no VIII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio da ANPEPP, realizado em Serra Negra, SP. Sua proposta resulta de encontros entre pesquisadores/as de diversas áreas da Psicologia e disciplinas afins preocupados com a insistente separação entre as

elaborações teóricas universalizantes e os desafios singulares das práticas sociais no cotidiano. Essas preocupações estão marcadas especialmente pelos questionamentos das dicotomias caras à constituição das ciências modernas, que distinguem os estatutos ontológicos dos variados polos que estabelecem essas conexões diádicas: sujeito e objeto, indivíduo e sociedade, seres humanos e natureza, tecnologia e modos de viver, pessoas e materialidades etc.

Partindo de uma leitura crítica, que aposta mais no hibridismo entre essas categorias do que em sua separação ontológica, este grupo foi se estruturando em torno da construção de formas de pesquisa vinculadas a três grandes eixos críticos: 1) os discursos de verdade, 2) as estratégias de governamentalidade e 3) os modos de subjetivação (ou modos de viver). Em todos eles, pretende-se a indissociabilidade entre modos de pesquisa e políticas de governo da vida, tendo por base um horizonte de debate ético. Com isso, o grupo tem por foco as práticas cotidianas, não como um espaço separado da vida marcada pela mesmice, pelo habitual, mas como o acontecer de todos os dias, a vida que flui de forma imprevisível. A pesquisa em Psicologia, por conseguinte, necessita rever suas concepções universalizantes e dicotômicas, para dar conta dessa leitura polissêmica da vida no cotidiano.

Decorre daí a relevância de sua nomeação: “Cotidiano e Práticas Sociais”. O conectivo “e” tem a função de conjunção aditiva, apontando para estudos da vida que não se bifurcam em práticas outras que não as que se fazem e se atualizam criativamente no cotidiano. “Práticas sociais”, por sua vez, expressam uma sinonímia importante, sinalizando uma postura política na vida e, portanto, no trabalho acadêmico que dela não se separa. Em suma, em nossa proposta, interessa a continuidade (cotidiana), de estudar as estratégias que formamos constituindo maneiras de viver. Dentre estas, dá-se o privilégio ao que chamamos de “políticas públicas” entendidas como estratégias de governo da vida.

Como tal, o grupo objetiva dar continuidade à construção de uma Psicologia capaz de responder aos desafios postos à pesquisa na medida em que rompemos com epistemologias fundacionistas. A experimentação passa a ter um lugar central nessa proposta por meio da realização de movimentos de ensaio em busca de seus efeitos. O pesquisador desloca-se de espectador a copartícipe da cena. No lugar de assertivas sobre princípios norteadores, opta-se pelo diálogo sobre experimentações na pesquisa, nas práticas profissionais, nas aproximações com o campo de políticas públicas e na articulação com movimentos sociais.

Nos simpósios passados, a forma que encontramos para guardar a abertura epistemológica, metodológica e política e, ao mesmo tempo, avançar na consolidação da posição crítica à leitura universalizante sobre a singularidade do cotidiano; da leitura ético-política sobre o fazer científico e de resistência ao “fetiche do método” em favor de leituras sobre efeitos da produção científica, foi de propor a discussão de uma mesma temática. No presente caso, considerando que quase todos/as os/as integrantes têm afinidades com a área da saúde, propusemos discutir a noção de “cuidado”.

Em se tratando de uma noção polissêmica, multiplicidade esta que faz circular distintas versões de cuidado, optamos por centrar as discussões em torno de um vídeo, “Solitário Anônimo”. Trata-se de documentário de autoria de Débora Diniz sobre um idoso que é encontrado deitado na grama à espera da morte. Sem documentos, seu desejo era de morrer solitário e anônimo. Porém, encontrado com vida, ambos os desejos, de morrer e fazê-lo anonimamente, são frustrados por serem direitos inalienáveis. A proposta, portanto, foi de que cada participante discutisse o filme a partir de sua orientação teórica e

ético-política, fazendo-o em breve texto circulado para os/as participantes antes do Simpósio.

O documentário “Solitário Anônimo” abre diversas possibilidades de diálogo instigadas por nossos posicionamentos como pesquisadores da área da saúde e da educação. Os oito textos que integram essa seção são prova disso. A diversidade e riqueza das reflexões decorrentes das muitas vezes em que o filme foi assistido e discutido são testemunhos de seu poder de impacto, provocação e inquietação. Nenhum dos textos analisa o filme em si; este serve como disparador para propostas diversas que apostam em outras maneiras de trabalhar com a morte, com os efeitos de biopoder de nossas práticas, com reconfigurações do cuidado em modalidades mais relacionais e dialógicas.

Assim, em instigante reflexão, colorida por sua própria biografia, Dolores Galindo volta-se às dimensões estéticas e políticas do suicídio em interlocução, sobretudo, com Foucault e Agambem. Explora a dimensão estética por meio de experiências realizadas por artistas, entre elas Laura Eber sobre as mortes no rio Sena e Regina Galindo sobre a experiência de injetar em si mesma Valium 10. Já a dimensão política tem por fio condutor a demanda insistente do personagem do documentário “Solitário Anônimo” de deixar-se morrer em paz.

O texto seguinte, de autoria de Luciana Kind, tensiona o tema da morte em duas direções quicá contraditórias. Sua revisão teórica sobre a morte nos coloca diante de discussões bioéticas voltadas aos que em tempos idos chamávamos de moribundos; ou seja, como lidar, no âmbito dos serviços de saúde, com pacientes terminais. Coloca-nos, também, diante de outras dimensões dessas mortes inevitáveis, como, por exemplo, no ideário da “boa morte” e do movimento da “morte natural”. Numa outra direção, mais diretamente voltada ao documentário de Débora Diniz, o direito de morrer toma outra dimensão. Não se trata aqui de um paciente terminal; trata-se de opção impossível de ser acatada uma vez que nosso personagem não faz essa opção de forma velada; é encontrado em uma praça e levado para um hospital. Coloca-se, assim, a instigante questão: trata-se de militância pelo direito de morrer e, como tal, de um acontecimento político?

Ainda na temática do direito de morrer, Emerson Rasera toma o documentário sobre o “Solitário Anônimo” como um artefato retórico inserido num campo de disputas argumentativas que contrapõem o direito da pessoa a terminar sua própria vida e o cumprimento dos protocolos de atendimento por

parte da equipe de saúde. De modo a explorar possíveis efeitos dessa construção retórica, foram analisados dois processos que parecem cumprir a função de afirmar o direito das pessoas: a construção da autonomia do protagonista e a oposição entre equipe e esse mesmo protagonista. Porém, para além do exercício de desconstrução retórica, a potência do texto é de indagar como seria um outro filme sobre esse mesmo tema que tivesse como linha condutora o cuidado pautado na responsabilidade relacional.

Tomando outro rumo, Mary Jane Spink focaliza a impossibilidade do anonimato na sociedade contemporânea. Na perspectiva da biopolítica, o nome próprio é tanto um direito, como um dever, não sendo, portanto, possível de a ele abdicar. Mas é também uma inscrição biográfica imprescindível para as práticas de sociabilidade. O documentário deixa expostas essas duas dimensões a partir das buscas de pistas que poderiam possibilitar revelar quem era esse anônimo e as razões que o levaram a buscar a morte.

Em texto polifônico, Marcos Reigota e Maurício Massari mesclam diversas vozes. Extrapolam a dialogicidade do espectador em relação ao personagem de uma obra, no caso, um documentário, não apenas por trazerem as falas de seus alunos que assistiram, discutiram e fizeram reverberar o filme, mas por incluírem também outros personagens, incluindo aí a própria diretora do documentário, Débora Diniz. Nessa mistura de vozes, temas, afetações, ousamos destacar a própria noção de anonimato. Esta noção (ou seria desejo?) se faz presente no estranhamento diante da opção do Solitário Anônimo, pois “O anonimato tão desejado seria abolido com toda a maquinaria fílmica e com o processo de difusão em meios acadêmicos e cinematográficos”; nos apelos biográficos dos alunos que participaram dessa experiência no cotidiano escolar; assim como na busca de revelações sobre a biografia da diretora Débora Diniz. Em suma, os caminhos da produção de sentidos são necessariamente rizomáticos.

O foco dos três últimos textos é o cuidado na atenção à saúde. Gustavo Matta problematiza as tensões entre medicalização, gestão e cuidado em saúde. Se, de um lado, há uma ampla literatura crítica sobre as diversas dimensões dos processos de medicalização contemporâneos, suas implicações para a gestão do cuidado são menos presentes. No entanto, a gestão é o lado de dentro da medicalização, traduzida em padronização do cuidado, definição de metas de produção, sistemáticas de avaliação. É nesse contexto que o texto aborda a instigante questão:

“Onde, nessas formas de gestão do cuidado e de vida nas instituições, haverá espaço para os sujeitos, suas histórias, seus desejos, seus encontros e a produção de novas histórias e processos?”.

Carla Guanaes Lorenzi tem por foco a problematização do cuidado no cotidiano das práticas em saúde, considerando o papel central que o diálogo entre usuários e profissionais tem nesse contexto. Com esse intuito, analisa o diálogo entre o personagem “Solitário Anônimo” e os profissionais de saúde em dois momentos do filme: a obrigação de um cuidado e a obrigação de ter uma identidade utilizando como método de investigação a “poética social”. Esses dois momentos possibilitam à autora discutir a diversidade de uso do termo diálogo na literatura de base construcionista e apresentar a versão responsiva-relacional de Shotter.

Finalmente, para Jefferson Bernardes e Maria Auxiliadora Ribeiro, o documentário “Solitário Anônimo” propicia a reflexão sobre a tensão entre o cuidado que queremos, aquele pautado na leveza dos encontros dialógicos, e a rigidez dos procedimentos protocolares e das ações tecnicistas. Os autores apostam na possibilidade de superação dessa tensão por meio de uma formação ampliada que discutem a partir de suas experiências com o projeto “Dialogia e Humanização”, desenvolvido nos espaços de Unidades Básicas de Saúde. Propõem uma formação embasada em dois processos: o de escuta como possibilidade de acolhimento e o da dialogia como abertura à compreensão dos jogos de posicionamento.

Ao trazer essas reflexões a público, esperamos produzir efeitos de pelo menos dois tipos. Para os/as integrantes do GT, a intensa circulação dos textos, seja durante a realização do XIV Simpósio, seja por meio de pareceres dados às versões quase-finais (cada texto foi lido e comentado por dois pareceristas), propiciou o fortalecimento das relações entre eles e elas, assim como da perspectiva teórica e epistemológica que os/as aglutina. Para os/as leitores/as eventuais, esperamos que os textos instiguem a refletir sobre os temas abordados (questões relacionadas à morte, ao governo da vida, ao cuidado na atenção à saúde, à formação profissional) e, quiçá, a assistir esse estimulante documentário de autoria de Débora Diniz.